

Implantação de uma política municipal de trabalho e renda*

Implementation of a municipal work and income policy

Relato de Experiência

R esumo

Este artigo relata a experiência de implantação de empreendimentos produtivos para geração de trabalho e renda no município de Florianópolis. Procura-se destacar o processo de implantação dos centros de profissionalização popular e as contribuições do assistente social no gerenciamento desse projeto social.

Palavras-chave: empreendimentos produtivos, geração de trabalho e renda, capacitação profissional.

A bstract

This article is an account of the experience of implementation of productive enterprises for work and income generation in the municipality of Florianópolis. Relevance is given to the process of implementation of popular professionalizing centers and the contributions of the social assistant to the management of this social project.

Key words: productive enterprises, work and income generation, professional qualification.

Gelton Medeiros

Assistente Social.

* Extraído do Trabalho Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social, na Universidade Federal de Santa Catarina.

O Centro de Profissionalização Popular

 O desemprego é um fenômeno social existente em todo o mundo. Foi com a preocupação voltada a atender pessoas excluídas do mercado formal de trabalho que se iniciou o Projeto Centros de Profissionalização Popular-CPP, que traz à tona a discussão sobre as novas formas de trabalho e sobre a obtenção de renda por parte da população pobre.

O Projeto Centros de Profissionalização Popular tem início em 1985, como proposta de uma das políticas de trabalho e emprego do município de Florianópolis. A construção do projeto foi realizada a partir de diversos encontros e seminários, envolvendo órgãos municipais e entidades representativas da sociedade, tendo como principal objetivo

levar a comunidades de baixa renda um programa de profissionalização para capacitar adultos e adolescentes a obterem renda a partir do seu próprio trabalho e/ou empreendimento. (PROJETO CPP, 1993, p. 3).

O Projeto CPP, em sete anos de existência, foi marcado por avanços, dificuldades e transformações. O primeiro grande marco consistiu na efetivação da participação comunitária nas políticas de trabalho e emprego de Florianópolis, através da representação comunitária no Conselho Deliberativo do Projeto CPP. Conselho esse que agrega representantes de cada entidade conveniada e qualifica-se como espaço de discussão e deliberação do referido Projeto. Outro marco significativo na trajetória do Projeto CPP foi a realização do Seminário de Avaliação, que envolveu todas as entidades conveniadas. O terceiro marco refere-se à decisão do Projeto CPP de criar empreendimentos pro-

ditivos para absorverem a mão-de-obra qualificada pelos cursos profissionalizantes oferecidos. Tal determinação veio como uma resposta a muitos questionamentos feitos pelas pessoas envolvidas com o projeto.

Foi a partir da constituição de um grupo de produção, composto por costureiras egressas dos cursos de corte e costura, que se procurou criar outros grupos para a geração de trabalho e renda, norteados pelos pressupostos do cooperativismo.

Apesar de seu caráter emergencial e compensatório, o projeto demonstrou ser capaz de garantir respostas rápidas às demandas de um segmento da população, indo além das propostas reducionistas para problemas emergenciais, neste caso a ausência de oportunidade de acesso a emprego. Seu desenvolvimento pode ser observado tanto pelo lado das parcerias, quanto pelas formas pelos quais são captados e processados os interesses comunitários, que resultam em mudanças na relação Estado-sociedade.

Conhecendo a metodologia dos CPPs: a intervenção do assistente social

O Projeto CPP é um espaço institucional de atuação para o assistente social. Ele possibilita, além da prática técnico-operacional, de acordo com propósitos institucionais, o exercício ético-político da profissão.

No caso do Projeto CPP, o assistente social tem como trabalho gerenciar a implementação do projeto em todos seus princípios e diretrizes, elaborar uma rede técnica no campo da formação profissional e da empregabilidade e concretizar espaços democráticos de construção de alternativas de combate ao desemprego. Institucionalmente, o trabalho do assistente social consiste na execução de uma política social com vistas à qualificação profissional.

Dessa forma, para que os cursos profissionalizantes aconteçam, o profissional articula recursos institucionais e comunitários, buscando, através de contatos com organizações, a disponibilidade de financiamento, equipamentos e recursos humanos para que os cursos possam ser realizados.

Durante a execução dos cursos profissionalizantes, o assistente social era o mediador entre a comunidade e as entidades conveniadas do Projeto CPP. Cabia-lhe colocar a comunidade em contato com os representantes das entidades executoras por meio de encaminhamentos de solicitações da parte dos cursistas e lideranças comunitárias, ou mesmo convidando seus representantes a comparecerem aos locais dos cursos, para um contato mais direto com a comunidade.

Essa mediação, que não é limitada ao período de realização dos cursos, pode se dar por contatos informais, via telefone ou pessoalmente, ou nas reuniões do Conselho Deliberativo, coordenadas pelo assistente social. Essas reuniões têm mesmo este fim, ou seja, monitorar as atividades e articular recursos e conhecimentos, além de mobilizar as entidades executoras e comunitárias, dentro dos propósitos do Projeto CPP.

Durante essas reuniões, são apresentadas as reclamações e opiniões dos usuários, são ouvidos os representantes das entidades executoras e abordadas as dificuldades na execução dos cursos, com a finalidade de buscar-se constantemente o aperfeiçoamento dos mesmos. São planejadas para que todos os representantes envolvidos tenham um momento de socialização acerca de tudo o que ocorre nas comunidades e cursos.

O monitoramento das atividades é realizado à medida em que as ações são efetuadas, com o objetivo de avaliar se os resultados previstos estão sendo alcançados. Trata-se da avaliação da eficiência do projeto para determinar se os recursos disponíveis estão sendo utilizados de forma ade-

quada e se as atividades estão sendo executadas conforme o planejamento. O monitoramento do Projeto CPP é feito pelo Conselho Deliberativo, onde comunidade, governo municipal e entidades executoras.

O assistente social, muitas vezes, acompanhava *in loco* a realização dos cursos profissionalizantes com o objetivo de zelar pela qualidade dos mesmos e de motivar os cursistas para a sua conclusão. Isso era feito por meio de visitas aos locais dos cursos, em discussões com lideranças sobre as atividades do projeto.

No Projeto CPP, a comunidade, a partir de sua organização, também é agente de formulação e apresentação de propostas e estratégias de intervenção. A experiência de lideranças comunitárias para a decisão de caminhos a seguir. Neste sentido, o Projeto CPP promove a plena participação comunitária em todas as dimensões da construção coletiva de alternativas de atuação. Essa participação também se dá a partir do estudo dos dados levantados com as pesquisas socioeconômicas pois, como em qualquer planejamento, o estabelecimento de metas e estratégias tem que ser embasado no conhecimento da realidade.

O profissional, dentro do Projeto CPP, também desenvolve a disseminação da idéia da organização produtiva da comunidade, por meio da formação de núcleos de trabalho e geração de renda.

Nesse sentido, são organizados encontros com egressos dos cursos, trabalhadores interessados em formar um novo empreendimento e lideranças comunitárias, para a discussão sobre cooperativismo e associativismo. Nesses encontros, procura-se sensibilizar sobre a importância da mobilização e organização, motivando os participantes a formarem seus próprios grupos de trabalho e renda.

Para a formação desses empreendimentos populares produtivos, procura-se por apoio institucional e co-

munitário que os consolidem. O assistente social articula recursos materiais, financeiros e de apoio técnico junto às entidades conveniadas e viabiliza espaços nas comunidades para a instalação da estrutura física dos grupos.

Após a formação do grupo, na fase de implementação do empreendimento, o acompanhamento oferecido pelo assistente social aos núcleos de trabalho e geração de renda é regular pois, nessa fase, é dada continuidade à formação cooperativista dos participantes, com promoção de cursos e de encontros para troca de experiências com pessoas de outros grupos já consolidados. Esse momento merece a maior atenção por parte do assistente social, pois os participantes, nessa fase de consolidação, perdem a motivação por entenderem que os resultados do projeto ainda estão muito distantes. Para que não se perca o grupo, é importante sensibilizá-lo para que os resultados sejam realmente alcançados a longo prazo: a auto-sustentabilidade de um empreendimento é conquistada com muito esforço.

A desistência de algumas pessoas do projeto não se dá por impaciência, mas pela necessidade de respostas imediatas às suas demandas de sobrevivência. O desenvolvimento de lideranças dentro do grupo, a busca de atrativos alternativos para a permanência dos participantes, a previsão de metas de curto prazo e relatos de experiências, de pessoas que passaram pelo mesmo processo e tiveram sucesso, auxiliam para que os trabalhadores envolvidos tenham a motivação de continuarem participando do empreendimento.

Além de coordenar a realização de cursos de capacitação profissional e organizar a constituição de grupos para a geração de trabalho e renda, ao profissional de Serviço Social cabe, ainda, propiciar a motivação, mobilização e organização comunitária, na perspectiva da dimensão sócio-pedagógica. Nesse sentido, ele

executa em dois patamares a articulação e a instrumentalização popular, para que a comunidade se torne um corpo impermeável à manipulação política e ao conformismo social, que saiba apoderar-se de recursos jurídicos e institucionais para uma defesa consistente de seus direitos humanos e de sua cidadania nos espaços das políticas públicas.

A gestão do Projeto CPP

O Projeto CPP se consolida tanto como um planejamento social, quanto como um instrumento de articulação institucional, no esforço de construção de parcerias com atores sociais mobilizados na questão do desemprego. Envolve diferentes entidades que, através de seu conjunto, podem alcançar as metas estabelecidas nos planos governamentais.

Para efetuar as ações do Projeto CPP é necessário recorrer à parceria com as instituições que prestam serviços de capacitação/qualificação profissional, pois a Prefeitura Municipal de Florianópolis não dispõe de um quadro funcional próprio para ministrar cursos profissionalizantes.

A função dessas entidades parceiras não é somente de se prestar um serviço de qualificação profissional comunitário. O envolvimento chega até as instâncias de planejamento do Projeto CPP, pois se prima pela qualidade dos serviços e por ações realmente eficazes, o que somente se alcança com a socialização e articulação de múltiplos conhecimentos de diversas áreas.

Nos encontros do Conselho Deliberativo do Projeto CPP, todas as entidades parceiras e comunidades têm seu momento de discussão, reflexão e tomada de decisões. Nesse espaço, o assistente social é o mediador entre as necessidades e demandas das comunidades e os serviços que cada instituição executora tem a

oferecer. Com a representação da comunidade, por meio de seus conselheiros locais, os técnicos de cada entidade conveniada do Projeto CPP têm acesso às reivindicações e sugestões da população e as lideranças comunitárias têm acesso às instituições por meio de seus técnicos.

Contexto atual do Projeto

Em seu sétimo ano de existência, o Projeto CPP teve algumas modificações ocasionadas tanto por fatores externos como internos.

Os externos dizem respeito às modificações no programa municipal de qualificação profissional do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego de Florianópolis (CMTE/Fpolis): uma nova metodologia para a seleção dos cursos profissionalizantes a serem executados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) foi encaminhada pelo Plano Estadual de Qualificação (PEQ)¹ aos conselhos municipais de trabalho e emprego. Os internos dizem respeito a todos os questionamentos sobre objeto e objetivos do Projeto CPP, seus meios e metodologias, isto é, quais seriam as melhores formas de combate ao desemprego.

O Projeto CPP, por não poder mais ser financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, perde seu caráter de profissionalização. Busca-se então concentrar os esforços, que antes eram voltados a cursos de capacitação, na perspectiva da organização do trabalho informal das comunidades, a partir de cooperativas, associações e grupos de produção/serviços.

A proposta de inserção no mercado de trabalho é o objetivo concreto que se procura alcançar de agora em diante, seja pela intermediação da mão-de-obra ou pela organização de grupos de produção ou serviços.

Dado o princípio segundo o qual a inserção no mercado de trabalho exi-

ge, muitas vezes, a capacitação profissional, e tendo as entidades executoras parceiras no Convênio CPP essa consciência, é fácil para o Projeto CPP intermediar e alcançar bons resultados sobre o direcionamento de cursos de capacitação às comunidades envolvidas.

A participação comunitária por meio dos conselhos locais ainda é constante e mais consolidada, dado que para este novo momento é imprescindível o entrosamento entre técnicos e comunidade, frente à organização comunitária. Com isso, cada entidade assume parte da responsabilidade sobre a organização produtiva da comunidade.

Atualmente, o Projeto CPP, nas regiões dos bairros Monte Cristo e Saco Grande II, está sendo acoplado às políticas de habitação popular. Assim a proposta governamental passa a ditar que trabalho e geração de renda estejam diretamente vinculados à habitação. Tanto que no atual Projeto Bom Abrigo estão previstas, além das casas populares, instalações próprias a serem ocupadas por cursos de capacitação e grupos produtivos organizados da comunidade.

A necessidade social vislumbrada pelo Projeto CPP é a de qualificação para o desenvolvimento de uma atividade rentável. Acima de tudo, o usuário do projeto busca ampliar sua renda familiar. As necessidades e demandas que o Projeto CPP visa atender estarão sempre vinculadas a um contexto social mais amplo, num contexto nacional e mundial de pobreza e desemprego.

Esse projeto é desenvolvido propositalmente em comunidades consideradas de baixa renda, onde as famílias procuram aumentar seus ganhos mensais para satisfação de suas necessidades básicas. Essas pessoas, cuja renda, em média, não ultrapassa um salário mínimo, são, em sua maior parte chefes de família que não possuem emprego ou atividade consistente de sustento. Essa situação pode ser

atribuída a dois fatores básicos: limitado mercado de trabalho e baixa qualificação profissional.

Para a reversão da situação enfrentada por essas pessoas, é necessário formação profissional, mercado de trabalho adequadamente estruturado e postos de trabalho e alternativas de geração de renda. As pessoas demandam uma qualificação profissional e oportunidades de trabalho, a partir do desenvolvimento de cursos onde aprimorem suas habilidades profissionais, além de alternativas de trabalho que organizem e absorvam o contingente excluído do mercado formal de trabalho.

Ao assistente social cabe ainda responder à outra demanda: a extrema urgência por um processo de organização comunitária para fazer frente à questão do desemprego. As comunidades atendidas pelo Projeto CPP apresentam grande potencial como força coletiva, com vistas ao combate à pobreza em suas regiões.

Recebido em 26/07/01. Aceito em 03/06/02.

Nota

- 1 O Plano Estadual de Qualificação é “um instrumento para progressiva articulação da oferta e da demanda de Educação Profissional em cada Estado, devendo explicitar a proporção da demanda a ser atendida com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador”. (PIMENTEL, 2000, p. 187).

Referências

MEDEIROS, Gelton. *Gerenciamento social: um estudo de caso*. Jul./2001. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PIMENTEL, Nara. (Coord.) *Curso de capacitação para conselheiros de trabalho e emprego*. Florianópolis: EDUFSC, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS-PMF. *Projeto Centros de Profissionalização Popular – CPP*. Florianópolis, 1993.

Gelton Medeiros

Prefeitura Municipal de Florianópolis
Sec. Mun. da Habitação, Trabalho e
Desenv. Social – Gerência de Traba-
lho e Renda

Av. Mauro Ramos, 1277

Florianópolis – SC

Telefone: (48) 251 6217

e-mail: geltonmedeiros@yahoo.com